

Análise - A ventania latina da Lava-Jato

Delações premiadas de executivos da Odebrecht provocaram turbulências políticas na região

GUILHERME AMADO

O terremoto político no Brasil em 2017, entre malas milionárias, corridinhas e conversas indigestas entre poderosos, tornou difícil para o brasileiro assimilar as intempéries que a Lava-Jato causou entre nossos hermanos. Um ano depois de serem assinadas, as delações de Marcelo Odebrecht e de executivos da construtora na América Latina — até hoje em sigilo no Supremo Tribunal Federal (STF), mas reveladas pelo GLOBO — foram devastadoras para a vida política da região. Sem querer, a turma de Curitiba, o ex-ministro do STF Teori Zavascki, morto em um acidente aéreo, e o ex-procurador-geral da República Rodrigo Janot, os artífices da delação da empresa, detonaram um processo que pode significar uma mudança no padrão histórico de complacência com a corrupção público-privada na região.

Com diferenças entre si, mas com semelhanças que permitem que se enxergue um movimento conjunto, os países vizinhos que saíram das experiências autoritárias da segunda metade do século XX e que, nas últimas décadas, vêm tentando consolidar suas instituições democráticas, se viram agora

obrigados a encarar a verdade amarga da corrupção. Não que algum latino-americano acreditasse verdadeiramente que fosse governado por ímpolitos. Claro que não. Mesmo os mais crentes num partido ou num candidato sabem, lá no fundo, que fileiras e fileiras de políticos latino-americanos lambuzaram e lambuzam o dedo no pote de mel das propinas e do dinheiro de caixa dois. Mas os vídeos, áudios e documentos apresentados pela Odebrecht, tal qual a Lava-Jato vem fazendo no Brasil desde março de 2014, mostraram quão profundo é o abismo da corrupção em que a América Latina está mergulhada.

MINISTÉRIOS PÚBLICOS SEM INDEPENDÊNCIA

Em comum com eles, o Brasil compartilha as dificuldades impostas pelos corruptos e pelos coniventes, espalhados em diferentes instituições, em deixar as investigações avançarem. O Judiciário desses países também está dividido. Quem chegou a posições de poder e comando compactuando com o estado de coisas com que a Lava-Jato tenta romper também tem trabalhado contra as investigações. Há alguns agravantes do lado deles, entretanto. A maioria dos Ministérios Públicos da região não goza da mesma independência assegurada pela nossa Constituição de 1988. Em muitos desses países, os fiscais, como

são chamados os procuradores, são total ou parcialmente submetidos a outros poderes, sem a autonomia que os brasileiros têm. É muito mais fácil para o presidente da República remover do cargo o fiscal-geral (o equivalente ao procurador-geral brasileiro), se assim desejar. Tal qual ocorre em algumas situações no Brasil, a burocracia é usada como desculpa para se retardar as investigações de políticos.

No Peru, por exemplo, somente meses depois das primeiras provas contra o presidente Pedro Pablo Kuczynski, o PPK, e contra a opositora Keiko Fujimori, as procuradorias de fato passaram a trabalhar. Faltam ainda bases legais importantes para se combater o crime de colarinho branco. O foro privilegiado também serve na maioria dos nossos vizinhos como proteção de corruptos poderosos. Legislações que deram a potência que a Lava-Jato tem no Brasil — a Lei de Organizações Criminosas, por exemplo — inexistem em alguns dos códigos penais vizinhos. O desenvolvimento de outras instituições e mecanismos democráticos de controle dos poderosos, como a imprensa investigativa, a organização da sociedade civil e os tribunais de conta, por exemplo, também está alguns passos atrás.

Em alguns desses países, a exemplo do Equador e da Venezuela,





os regimes bolivarianos aprovaram leis que restringiram a liberdade de imprensa, o que, além de dificultar que jornalistas avancem na investigação dos malfeitos, impede até que se reproduza o que outros investigadores, como o Ministério Público e a polícia, encontraram. Quando O GLOBO publicou os grampos da Odebrecht em que as autoridades equatorianas eram flagradas falando em propina, por exemplo, jornalistas daquele país relataram não poder reproduzir o áudio. Apenas o link do GLOBO permitiu que o país ouvisse o vice-presidente conversar sobre os interesses da Odebrecht que o governo atenderia. Passado um ano da delação da Odebrecht, a vida política da região foi sacudida, e a necessidade de se combater a corrupção para valer está cada vez mais nítida.

Camuflar as fraudes e os desvios levou o Brasil e os demais latino-americanos a posições vergonhosas nos rankings de corrupção e, não por acaso, contribuiu para que ainda tenhamos índices tristes de pobreza e miséria. Pesquisas em diversos órgãos multilaterais apontam a ligação direta entre a corrupção com as amarras que impedem o crescimento de um país. Fora as perdas com os desvios bilionários da corrupção, os mesmos estudos sugerem que um estado de direito que não consegue fazer frente à corrupção não passa credibilidade ao investidor. Por que um empresário sério colocaria dinheiro num país que trata diferente quem corre com mala de dinheiro da corrupção nas ruas chiques de São Paulo e quem corre com mala de dinheiro do tráfico nas

favelas?

Os dois são crimes, ora bolas. Eis o tamanho do desafio que a Lava-Jato impôs à mesa das instituições democráticas dessa América Latina saída há poucas décadas das experiências autoritárias. O juiz Sergio Moro e sua turma detonaram o processo e passaram a bola para que cada país agora faça o seu dever de casa. Que as eleições de 2018 e dos próximos anos na região permitam aos latino-americanos dizer em que tipo de sociedade querem viver. (*Especial para O GLOBO)

AS RAJADAS DA ODEBRECHT PAÍS A PAÍS

PERU O presidente Pedro Pablo Kuczynski, o PPK, enterrou um processo de impeachment detonado pelas acusações da Odebrecht trocando votos dos opositoristas fujimoristas, a favor dele, pelo indulto de Natal do ex-ditador Alberto Fujimori. Ollanta Humala, o antecessor de PPK, está preso. Outro ex-presidente, Alejandro Toledo está foragido nos Estados Unidos, com duas ordens de prisão.

COLÔMBIA

O executivo local da Odebrecht no país admitiu ter doado em caixa dois para todo o espectro político, incluindo o atual presidente, Juan Manuel Santos.

EQUADOR

Diante de gravações no estilo Joesley Batista, feitas pelo ex-superintendente local da Odebrecht,

a Justiça prendeu e condenou o vice-presidente, Jorge Glas, que também foi vice do ex-presidente Rafael Corrêa.

ARGENTINA

Julio De Vido, ex-ministro do Planejamento de Cristina Kirchner, foi acusado de receber propina da Odebrecht e está preso. O chefe do serviço de Inteligência de Mauricio Macri também se complicou após ser acusado de receber dinheiro de um doleiro preso pela Lava-Jato no Brasil.

MÉXICO

O ex-executivo local da Odebrecht afirmou, em delação premiada, que o ex-presidente da petroleira estatal, próximo do presidente Enrique Peña Nieto, recebeu dinheiro durante a campanha presidencial. As pressões para abafar a investigação fizeram o procurador encarregado do caso renunciar.

PANAMÁ

A corrupção do ex-presidente Ricardo Martinelli e de seus filhos foi escancarada. Martinelli está preso em Miami, nos Estados Unidos. Os filhos estão foragidos. Há ainda uma investigação parada no Judiciário sobre propina da Odebrecht para o partido do atual presidente do país, Juan Carlos Varela.

REPÚBLICA DOMINICANA

As revelações da Odebrecht, somadas às de João Santana e Mônica Moura, abalaram o governo





de Daniel Medina e deram origem a investigações locais e a uma série de prisões. Apesar de pequeno, o país foi o terceiro a mais receber propina da construtora, perdendo apenas para Brasil e Venezuela.

CUBA

Confirmou-se que o PT foi decisivo para que a Odebrecht e o BNDES erguessem o Porto de Mariel. Em depoimento, Marcelo Odebrecht afirmou que não houve pagamento de propina a autoridades cubanas. Mas deixou claro que, sem o apelo do PT, a empresa nunca teria investido na ilha.

VENEZUELA

Os depoimentos do ex-superintendente da empresa explicitaram que Hugo Chávez tinha uma relação inapropriada com a construtora. Em delação, o executivo revelou ter pagado milhões a campanhas de Nicolás Maduro e de políticos de todos os matizes, incluindo aí as estrelas da oposição. Nada aconteceu. A procuradora-geral, Luísa Ortega, se exilou na Colômbia, e seu sucessor passou a fazer o mesmo que ela durante anos fez: rezar a cartilha do autoritarismo de Maduro sem levar nenhuma investigação à frente.